



COMPLEXITAS REVISTA DE FILOSOFIA TEMÁTICA - ISSN: 2525-4154
Ed. 2022, V7, n 02

AS CONEXÕES ENTRE O CETICISMO ACADÊMICO E O NATURALISMO FILOSÓFICO NO EMPIRISMO RADICAL DE DAVID HUME

*The connections between academic sceticism and philosophical naturalism in David
Hume's radical empirism*

Recebido: 12/08/2022 | Revisado: 12/06/2023 | Aceito: 13/06/2023 | Publicado: agosto/2023

Leonardo Delatorre Leite
Mestrando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8276-2436>
E-mail: leonardoleite1998@usp.br

Gerson Leite de Moraes
Docente na Universidade Presbiteriana Mackenzie
Dr. em Filosofia e Ciências da Religião
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8464-983X>
E-mail: gerson.moraes@mackenzie.br

Carlos Roberto de Melo Almeida
Doutorando em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)
Professor de História e Filosofia na rede privada do Estado de São Paulo
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-0269-9206>
E-mail: almeidacrm@hotmail.com

Resumo: O presente artigo apresenta como intuito primordial a promoção de uma análise acerca das relações entre o naturalismo filosófico de Hume e a sua oposição ao ceticismo radical, estabelecendo, nesse sentido, uma vinculação entre as teses naturalistas do autor em questão e a sua argumentação em prol do ceticismo moderado. A dissertação, num primeiro momento, abordará sobre os elementos centrais da chamada “geografia mental”, proposta por David Hume na primeira seção de seu livro *Investigação sobre o entendimento Humano*. Além disso, será destacado o esforço do pensador na utilização do método experimental para a elaboração de uma nova ciência da natureza humana, ressaltando os princípios da natureza humana nas condições de percepção e conhecimento. O texto dissertativo realizará uma elucidação dos principais conceitos do empirismo do autor escocês, tais como: o hábito, a formação da crença, o papel da experiência nas inferências causais e a negação da razão como fundamento do conhecimento. Sob essa perspectiva, a construção dissertativa estabelecerá uma defesa da vinculação de David Hume ao “ceticismo

mitigado” em razão do naturalismo presente em sua obra, isto é, da compreensão segundo a qual os princípios da natureza atuam na percepção humana, orientando os indivíduos em sua postura de adoção de crenças e “verdades provisórias” como fundamentos de suas condutas. Fundamentado sob a metodologia de abordagem dedutiva, o presente trabalho foi construído com a utilização de fontes bibliográficas.

Palavras-chave: Ceticismo radical. Ceticismo moderado. Método experimental. Crença. Hábito.

Abstract: This article presents as its primary objective the promotion of an analysis about the relationships between Hume's philosophical naturalism and its opposition to radical skepticism, establishing, in this sense, a link between the naturalist theses of the author in question and his argument for moderate skepticism. The dissertation, at first, will address the central elements of the so-called “mental geography”, proposed by David Hume in the first section of his book *Investigation on Human Understanding*. In addition, the effort of the thinker in the use of the experimental method for the elaboration of a new science of human nature will be highlighted, emphasizing the principles of human nature in the conditions of perception and knowledge. The dissertation text will elucidate the main concepts of the Scottish author's empiricism, such as: habit, belief formation, the role of experience in causal inferences and the denial of reason as the foundation of knowledge. From this perspective, the dissertation construction will establish a defense of David Hume's link to “mitigated skepticism” due to the naturalism present in his work, that is, the understanding according to which the principles of nature act in human perception, guiding individuals in their posture of adopting beliefs and “provisional truths” as the basis of their conduct. Based on the deductive approach methodology, the present work was built with the use of bibliographic sources.

Keywords: Radical Skepticism. Moderate Skepticism. Mental geography. Belief. Habit.

Introdução

Os escritos de David Hume, filósofo empirista do século XVIII, foram imprescindíveis para o desenvolvimento do chamado “Iluminismo escocês”¹, bem como para os debates epistemológicos de sua época, sobretudo, pela sua vinculação ao método experimental, utilizado pelo autor na promoção de uma nova ciência da natureza humana. Em vista disso, o filósofo Anthony Quinton afirmou que Hume foi o “Newton das ciências morais”². O presente trabalho discorrerá acerca da adesão do filósofo escocês ao ceticismo acadêmico (mitigado) em oposição ao ceticismo pirrônico. A vinculação do pensador iluminista supracitado ao ceticismo limitado apresenta como justificativas primordiais os aspectos centrais do

¹ O iluminismo foi um movimento intelectual notável entre os séculos XVII e XVIII. Numa perspectiva tradicional, seu início remonta ao período da Revolução Gloriosa e seu fim é comumente atribuído aos desdobramentos da Revolução Francesa. Todavia, tal entendimento não representa um consenso, visto que autores como Jonathan Israel e Peter Gay atribuem uma periodização distinta ao movimento em questão. Ademais, é importante ressaltar que o iluminismo não pode ser caracterizado como monolítico. É frequente a afirmação segundo a qual o racionalismo tipificou o traço distintivo dos autores iluministas, mas tal consideração é válida para os pensadores franceses, ao passo que os escritores do “iluminismo escocês”, como o próprio Hume, valorizavam imensamente as paixões e desconfiavam da razão como fonte do conhecimento e da moralidade. Portanto, o iluminismo deve ser enxergado como plural. Cf. HIMMELFARB, Gertrude. *Os caminhos para a modernidade: os iluminismos britânico, francês e americano*. São Paulo: Editora É realizações, 2011.

²Cf. QUINTON, Anthony. *Hume*. Tradução por José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

chamado “naturalismo filosófico”, os quais dialogam explicitamente com o empirismo de matriz falibilista de David Hume.

Para a conjuntura da época, a filosofia³ do escritor escocês representou uma fonte de propagação de novas ideias e valores, mas também foi alvo de duras críticas, visto que suas teses foram tidas como “ameaças” aos ditos “fundamentos do pensamento ocidental”, quais sejam: a metafísica, a razão e os princípios da teologia cristã. A radicalização do empirismo⁴ e a defesa de um ceticismo, ainda que mitigado, não foram bem recebidos pela comunidade intelectual inglesa. Desse modo, o pensamento humeano foi caracterizado, no contexto do século XVIII, como “pernicioso” para o desenvolvimento da filosofia⁵. A afirmação de David Hume segundo a qual a razão é insuficiente para fundamentar o conhecimento e a moralidade negava uma tendência preponderante de supervalorização do pensamento, da faculdade racional e da primazia do logocentrismo⁶.

A partir da pesquisa bibliográfica, o respectivo trabalho acadêmico se valerá do método hipotético-dedutivo, o qual possui como traço primordial a formulação e a apresentação de hipóteses para a enunciação de uma resposta satisfatória ao problema de pesquisa proposto, representado, no texto dissertativo em questão, a partir dos seguintes questionamentos, a saber: Qual é a crítica de Hume ao ceticismo pirrônico e de que forma tal crítica dialoga com os elementos do naturalismo filosófico do pensador empirista escocês?

Além disso, há uma conexão entre o naturalismo humeano e o ceticismo mitigado?

Conforme supramencionado, a presente dissertação, fundamentada sob o método hipotético-dedutivo, objetivará elucidar os traços primordiais do empirismo falibilista de David Hume, suas conexões com o naturalismo filosófico e as influências da tendência naturalista humeana na vinculação do autor ao ceticismo mitigado e, por conseguinte, de sua rejeição ao ceticismo pirrônico ou radical.

³ Acerca da força de Hume como filósofo original, os escritos de Gérard Lebrun são de fundamental importância. Para desafiar a originalidade da fenomenologia, Lebrun desenvolve suas ponderações a partir de um questionamento fundamental: “O que ocorre se Hume for inserido na ordem genealógica da própria fenomenologia?” Cf. LEBRUN, Gérard. “David Hume no álbum de família de Husserl”. In: *A filosofia e sua história*. São Paulo: CosacNaify, 2006.

⁴ Cf. AYER, Alfred Jules. *The Foundations of Empirical Knowledge*. Reprint. N. York : Hassell Street Press, 2021.

⁵ Cf. PEQUENO, Marconi José Pimentel. *10 lições sobre David Hume*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 8.

⁶ Para Bertrand Russell, a filosofia de David Hume representou uma das maiores críticas ao racionalismo no século XVIII ao afirmar a insuficiência de a razão fundamentar a moralidade e o conhecimento. Cf. RUSSELL, Bertrand. *História da Filosofia ocidental*. Livro III. Tradução por Bueno Silveira. São Paulo: Nacional, 1969.

Empirismo e Naturalismo em David Hume

Na filosofia de Hume, o objetivo central reside na promoção de um estudo da natureza humana e na constituição de uma “ciência do homem” mediante ao procedimento de realização de uma espécie de “geografia mental”. Dessa forma, o escritor escocês afirmava a existência de uma conexão íntima entre o desenvolvimento do conhecimento e a elucidação “da extensão, das forças e poderes do entendimento”, da natureza das ideias e das operações da mente, focalizando uma “psicologia das afecções do espírito”. Ao frisar uma postura descritiva dos fenômenos, estabelecendo a aplicação do método experimental em assuntos morais, o autor em questão se vincula ao modelo newtoniano.

A filosofia de Hume se inspira explicitamente no modelo newtoniano. Ao pretender constituir-se como ciência da natureza humana, destinada a servir de fundamento geral às ciências humanas particulares (moral, estética, política), essa filosofia declara abertamente sua intenção de seguir o caminho e o método da filosofia natural, sobretudo o deu exemplo mais ilustre, a ciência de Newton. (MONTEIRO, 2009, p. 69)

A *Introdução* de sua obra *Tratado da Natureza Humana* apresenta um caráter propositivo, visto que Hume fornece um panorama de suas pretensões e se propõe a apresentar um projeto filosófico. Trata-se da aplicação do método experimental em assuntos de ordem moral, instituindo, assim, uma “nova ciência da natureza humana”, que se opõe aos “sistemas” da metafísica clássica e ao método cartesiano, especialmente a sua passagem do apriorístico ao empírico.

Para o iluminista escocês, a aplicação do método experimental implica a instituição e o delineamento de limites. Admite-se o estabelecimento de princípios gerais, mas não de fins últimos. “E qualquer hipótese que pretenda revelar as qualidades originárias e últimas da natureza humana deve imediatamente ser rejeitada como presunçosa e quimérica” (HUME, 2009, p. 23). O pensador também afirma ser a natureza humana o objeto por excelência da filosofia, pois todas as ciências dependem dos poderes, das faculdades e operações do entendimento humano. Até então, as ciências, por estarem afastadas do objeto máximo da filosofia, se encontravam em um estado de precariedade e obscurantismo, caracterizado pela falta de evidência do todo, pela falta de coerência entre as partes e pela escolha de princípios com base na arbitrariedade.

Eis, pois, o único recurso capaz de conduzir nossas investigações filosóficas ao sucesso: abandonar o método moroso e entediante que seguimos até agora e, ao invés de tomar, vez por outra, um castelo ou aldeia na fronteira, marchar diretamente para a capital ou centro dessas ciências, para a própria natureza humana; estando nós de posse desta, podemos esperar uma vitória fácil em todos os outros terrenos. Partindo de tal posição, poderemos estender nossas

conquistas a todas as ciências que concernem de perto à vida humana, e então proceder calmamente à investigação mais completa daquelas que são objetos de pura curiosidade. Não existe nenhuma questão importante cuja decisão não esteja compreendida na ciência do homem (...). (HUME, 2009, pp. 21-22)

Deve-se destacar que Hume não almeja a superação total da filosofia abstrusa, mas uma reconciliação entre ela e a filosofia fácil e concreta, pois algum tipo de raciocínio metafísico é necessário já que a verdade se esconde atrás da profundidade. Em suma, o problema se encontra nos raciocínios metafísicos, mas não é possível dispensá-los integralmente.

Dar-nos-emos por felizes se pudermos unir as fronteiras das diferentes espécies de filosofia, reconciliando a investigação aprofundada com a clareza, e a verdade com a inovação. E por mais felizes ainda se, ao raciocinar dessa maneira descomplicada, formos capazes de minar as fundações de uma filosofia abstrusa que parece ter servido até agora apenas como abrigo para a superstição e como anteparo para o erro e a absurdidade. (HUME, 2004, p. 32)

A ciência da natureza humana está fundada na experiência e na observação, não recorrendo, portanto, a um pressuposto ontológico. Percebe-se uma recusa consciente de não sair do âmbito das aparências, dos fenômenos e das sensações. Para David Hume, o conhecimento da natureza do entendimento⁷ humano tipificava um instrumento poderoso na superação das limitações advindas da superstição, da metafísica⁸ e dos excessos da filosofia abstrusa (contemplativa e especulativa)⁹. Nas palavras do próprio autor:

⁷ Segundo João Paulo Gomes Monteiro, Hume compreende o entendimento enquanto “o conjunto das propriedades que caracterizam o espírito humano enquanto este é regulado pelos dois princípios de associação, a semelhança e a contiguidade, e por aquele outro princípio a que dá o nome de hábito (...)” (MONTEIRO, 2009, p. 101).

⁸ Em Hume, há um esforço de esvaziamento das pretensões da metafísica. Não obstante, qualificar a neutralização das noções e proposições metafísicas como o ponto central da crítica humeana da razão seria reducionista. Para Carlos Alberto Ribeiro de Moura, a associação entre “diferença” e “separabilidade” constitui uma tese filosófica crucial para a oposição de Hume ao modelo de racionalidade vigente em seu tempo. Desse modo, “(...)“tudo o que é diferente é separável” é uma tese filosófica que Hume introduz explicitamente no Tratado e implicitamente na Investigação, fazendo-a desempenhar um papel decisivo não só na destituição da noção moderna de razão, com a conseqüente promoção da experiência a única fonte possível do conhecimento dos “fatos”, como também na constituição da maior parte de suas “doutrinas” (...) Ela estará subjacente também à recusa dos conceitos ontológicos da tradição, à crítica da ideia de existência, à recusa das ideias abstratas e à dissolução da noção de “eu” (...) O “empirismo” permanece inteiramente tributário de uma certa “filosofia da diferença”: o pensamento estritamente “teórico” de que a “diferença” sempre representa “negação de uma relação”, e não algo “de real e positivo”. (MOURA, 2001, pp. 126-132).

⁹ A investida de Hume contra a metafísica e os excessos da filosofia abstrusa se revela, sobretudo, em sua oposição a um critério de necessidade lógica, em suas críticas à “hierarquização conceitual”, na afirmação segundo a qual as ideias abstratas não passam de nomes gerais, na constatação de que a abstração é

O único método para libertar de vez o saber dessas questões abstrusas consiste em examinar seriamente a natureza do entendimento humano e mostrar, por meio de uma análise exata de suas faculdades e capacidades, que ela não é, de nenhuma maneira, adequada a assuntos tão remotos e abstrusos (...) apenas conhecer as diferentes operações do espírito, sua separação, sua classificação em categorias adequadas e a correção da aparente desordem em que se encontram constituem uma parte da reflexão e da pesquisa. (HUME, 2012, pp. 24-25)

Ademais, a realização da “geografia mental” acima mencionada dialoga intimamente com o empirismo do autor iluminista em questão. Numa primeira análise, Hume é empirista em razão de sua afirmação segundo a qual a filosofia é tipicamente uma ciência empírica, cujo alicerce é a experiência. Nesse sentido, a sua própria obra “Tratado da Natureza Humana” era compreendida enquanto uma tentativa de aplicar o método experimental¹⁰ em assuntos morais, isto é, de analisar a complexidade do entendimento humano tendo como base a associação de suas partes e elementos constitutivos, os ditos “átomos do pensamento”¹¹, a saber: as impressões e ideias.

convencional e meramente linguística, ou seja, uma operação gramatical. Ademais, o pensador escocês adota a individuação como ponto de partida de suas análises, vinculando-se, assim, ao atomismo, bem como a uma “filosofia da diferença”. Outro aspecto essencial reside na compreensão humeana de que a “substância” não passa de uma associação de impressões similares. A ideia de substância é derivada de uma impressão de reflexão. Trata-se de uma ideia específica vinculada a um termo, o qual permite uma associação com ideias similares. É importante destacar também a noção humeana da ideia de identidade pessoal como ficção. Numa primeira análise, é premente destacar a concepção humeana segundo a qual a ideia do “eu”, mais propriamente a noção de identidade pessoal, apresenta um caráter eminentemente fictício, especialmente, porque não se pode verificar nenhuma impressão a ela correspondente. Em vista disso, a constituição da ideia de identidade pessoal se deve às relações de semelhança e causalidade instituídas entre as contínuas percepções que se apresentam à mente. Ademais, a imaginação, influenciada pelos princípios de associação, representa o “agente próprio” da produção da ficção acima destacada. Nesse sentido, a ilusão da noção do “eu” representa meramente a consequência da operação usual dos princípios de associação, encarregados do movimento das sucessões de nossas ideias. A ideia de “eu” institui uma regularidade provisória para algo que é instável. “Mas o eu ou pessoa não é uma impressão, e sim aquilo a que nossas diversas impressões e ideias supostamente se referem. Se alguma impressão dá origem à ideia de eu, essa impressão tem de continuar invariavelmente a mesma, ao longo de todo o curso de nossas vidas-pois é dessa maneira que o eu supostamente existe. Mas não há qualquer impressão constante e invariável. Dor e prazer, tristeza e alegria, paixões e sensações sucedem-se umas às outras, e nunca existem todas ao mesmo tempo. Portanto, a ideia de eu não pode ser derivada de nenhuma dessas impressões, ou de nenhuma outra. Consequentemente, não existe tal ideia.” (HUME, 2000, p. 284).

¹⁰ Acerca do método experimental em Hume, João Paulo Gomes Monteiro comenta: “A filosofia de Hume se inspira explicitamente no modelo newtoniano. Ao pretender constituir-se como ciência da natureza humana, destinada a servir de fundamento geral às ciências humanas particulares (...), essa filosofia declara abertamente sua intenção de seguir o caminho e o método da filosofia natural, sobretudo o de seu exemplo mais ilustre, a ciência de Newton” (MONTEIRO, 2009, p. 69).

¹¹ Gilles Deleuze utilizou a expressão “atomismo espiritual” para se referir às nuances da epistemologia humeana, cujas teses representavam uma compreensão das ideias enquanto derivadas de percepções. Nesse sentido, as ideias representam um reflexo atenuado das sensações. As percepções e sensações constituem o substrato do pensamento humano. Cf. DELEUZE, Gilles. *Empirismo e subjetividade: ensaio*

Num sentido mais rigoroso e técnico, Hume é adepto do empirismo¹², sobretudo, pela sua compreensão de que a matéria-prima do entendimento humano é encarnada pelas percepções e sensações, ou seja, o substrato do pensamento é oriundo da experiência sensorial. Em Hume, a razão apresenta uma função secundária e um papel limitado, relacionado, primordialmente, à sistematização e organização dos conteúdos presentes na mente, os quais encontram suas origens nas sensações. Diante disso, afirma o pensador escocês:

Em suma, todos os elementos do pensamento derivam de nossas sensações externas ou internas; mas a mistura e composição deles dependem da mente e da vontade (...) todas as nossas ideias ou percepções mais fracas são imitações de nossas mais vivas impressões ou percepções. (HUME, 2012, p. 31)

Em vista disso, insta trazer à baila as considerações de Hume acerca da tipologia das percepções, ou melhor, dos acontecimentos que constituem a vida da mente humana. A percepção constitui aquilo que pode estar presente em nossa mente quando empregamos os sentidos ou somos movidos pelas paixões. Num primeiro momento, as percepções podem ser divididas em impressões e ideias. As impressões são percepções vívidas, intensas e imediatas. Destarte, elas estão presentes “quando sentimos qualquer tipo de paixão ou emoção, ou captamos as imagens de objetos externos trazidas por nossos sentidos” (HUME, 1995, p. 47).

Em consequência, podemos aqui dividir todas as percepções da mente em duas classes ou espécies que se distinguem por seus diferentes graus de força e vivacidade. As que são menos fortes e vivazes são comumente denominadas pensamentos ou ideias. A outra espécie (...) vamos tomar uma pequena liberdade e chamá-las impressões, empregando a palavra num sentido um pouco diferente do usual. Entendo pelo termo impressão, portanto, todas as nossas percepções mais vívidas, sempre que ouvimos, ou vemos, ou sentimos, ou amamos, ou odiamos, ou desejamos ou exercemos nossa vontade. E impressões são distintas das ideias, que são as percepções menos vívidas, das quais estamos conscientes quando refletimos sobre quaisquer umas das sensações ou atividades já mencionadas. (HUME, 2004, p. 34)

É imprescindível destacar a particularidade irredutível das impressões, compreendidas enquanto as marcas mais originais da experiência cognitiva. Por sua vez, as ideias são imagens que fazemos das

sobre a natureza humana segundo Hume. Tradução por Luiz Benedicto Orlandi. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2012, pp. 16-17.

¹² Norman Kemp Smith e Don Garret afirmam que o empirismo de David Hume pode ser caracterizado como multifacetado, uma vez que sua abordagem engloba diversos elementos, tais como: metodológico, conceitual, nomológico, explanatório e reducionista. Cf. SMITH, Norman Kemp; GARRET, Don. *The Philosophy of David Hume*. Londres: MacMillan, 2005.

sensações e representam reflexos atenuados das impressões, ou seja, são percepções fracas, “cópias que a nossa mente elabora a partir dos dados oriundos das nossas impressões” (PEQUENO, 2014, p. 75). Desse modo, o pensador escocês constata uma correspondência pertinente entre impressões e ideias¹³, ressaltando a relação de dependência das últimas em relação às primeiras, visto que toda ideia simples pressupõe uma impressão¹⁴.

O detalhamento da vida intelectual humana se produz em conformidade com as leis de associação de seus elementos primitivos, os “átomos de pensamento”, quais sejam: as impressões e as ideias. Com base nisso, o pensador escocês estabelece uma psicologia cognitiva fundamentada em princípios associacionistas¹⁵, frisando o papel da experiência como instância determinante das construções cognitivas. Além disso, o iluminista escocês nega uma “experiência originária”, afirmando que, a rigor, tudo o que está disponível ao entendimento humano é englobado pelas impressões. Portanto, percebe-se uma recusa consciente de não sair do âmbito das sensações, da experiência, dos fenômenos e aparências¹⁶.

Diante dos fatos supracitados, percebe-se a radicalidade do empirismo de Hume, radicalidade que o levará a criticar a noção de causalidade como inferência indutiva¹⁷. Destarte, o conhecimento das relações de causa e efeito não depende de raciocínios apriorísticos, mas da própria experiência. Em termos gerais, o chamado “princípio da causalidade” afirma que as mesmas causas geram os mesmos efeitos, isto é, causas semelhantes produzem efeitos semelhantes. Entretanto, o empirismo humeano atesta que a inferência

¹³ Acerca da correspondência pertinente entre ideias e impressões, afirma Carlos Alberto Ribeiro de Moura: “Quando uma impressão se torna presente, não apenas ela conduz o espírito às ideias que lhe são costumeiramente ligadas como também comunica a essas ideias uma parte de sua força e vivacidade. Desde então, a “força e vivacidade” das ideias parece designar o nome “subjetivo” de algum “índice de realidade” que teria sua origem na experiência” (MOURA, 2001, p. 98).

¹⁴ Deve-se destacar a presença de uma “reversibilidade semântica” entre impressões e ideias. Hume estabelece uma distinção entre impressões de sensação e impressões de reflexão. As impressões originais ou de sensação consistem nas impressões dos sentidos e das dores corporais. Por sua vez, as impressões reflexivas “são aquelas provenientes de impressões originárias que se fazem imediatamente acompanhar de ideias (elaborações mentais). Disso resulta que impressões de reflexão (ou paixões, como designa o filósofo), são respostas (reações) afetivas à sensação e à sua ideia. Com efeito, a paixão envolve uma percepção sensorial e uma elaboração mental, ou seja, trata-se de uma impressão de reflexão derivada das ideias correspondentes às impressões de sensação.” (PEQUENO, 2014, pp. 78-79). Em vista disso, impressões de reflexão derivam de ideias. Trata-se, portanto, de uma reversibilidade semântica entre ideias e impressões.

¹⁵ Cf. QUINTON, Anthony. *Hume*. Tradução por José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

¹⁶ Em Hume, percebe-se uma decisão de se restringir ao domínio das aparências e fenômenos, dispensando, por conseguinte, um conhecimento dos princípios primeiros.

¹⁷ Cf. HUME, David. *Tratado da natureza humana*. 2. Ed. Tradução de Déborah Danowski. São Paulo: Unesp, 2001, p. 110.

causal, o princípio segundo o qual uma causa necessariamente provoca um efeito, não é um raciocínio logicamente válido. Acerca do conhecimento da relação de causa e efeito, afirma o iluminista escocês:

Permito-me afirmar, como proposição geral que não admite exceção, que o conhecimento dessa relação em nenhum caso se atinge por raciocínios apriorísticos, senão que surge inteiramente da experiência, quando encontramos que objetos particulares. Nenhum objeto revela pelas qualidades que aparecem aos sentidos, nem as causas que o produziram, nem os efeitos que surgem dele, nem pode nossa razão, sem a assistência da experiência, sacar inferência alguma da experiência real e das questões de fato. (HUME, 2012, pp. 49-50)

Para Hume, a conjugação constante entre os fenômenos não indica uma espécie de ligação necessária entre os eventos distintos¹⁸. A causalidade revela apenas o modo pelo qual as coisas ocorrem e não a finalidade delas (o seu porquê). Nesse sentido, a dimensão teleológica e o aspecto finalístico das relações entre os eventos não são acessíveis para o conhecimento humano. Enfim, “não poderia haver qualquer conexão necessária entre os eventos distintos” (PEQUENO, 2014, p. 33). Destarte, não é possível um conhecimento seguro e certo do futuro com base em um conhecimento do passado, visto que causa e efeito são instâncias separadas e distintas¹⁹. Com base na argumentação acima destacada, o escritor empirista nega a existência de uma “causa última” e afirma que a busca por princípios finais é infrutífera, pois, no máximo, é possível uma compreensão de causas e princípios gerais, mas jamais de um princípio último.

Numa palavra, pois, todo efeito é um acontecimento diferente de sua causa. Não poderia, portanto, descobrir-se em sua causa, e seu achado inicial ou representação *a priori* têm de ser inteiramente arbitrário (...) em vão, pois, tentaríamos determinar qualquer acontecimento singular, ou inferir qualquer causa ou efeito, sem a assistência da observação e da experiência (...) o maior esforço da razão humana consiste em reduzir os princípios produtivos dos fenômenos naturais a uma maior simplicidade, e os muitos efeitos particulares a uns poucos gerais por meio de raciocínios apoiados na analogia. (HUME, 2012, pp. 52-53)

Hume argumenta que o conhecimento humano se limita apenas a um número reduzido de qualidades superficiais e sensíveis dos objetos, sendo que “os poderes e princípios dos quais depende totalmente o influxo desses objetos” são ocultos aos indivíduos, ou melhor, ao processo de construção do

¹⁸ Cf. PEQUENO, Marconi José Pimentel. *10 lições sobre David Hume*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 40.

¹⁹ Cf. PASSMORE, John A. *Hume's Intentions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1952. John Passmore reitera que, na compreensão de Hume, causa e efeito tipificam instâncias separadas. Ademais, o conhecimento das relações de causa e efeito não depende de raciocínios apriorísticos, mas da observação e da experiência.

entendimento. Todavia, é comum aos homens a afirmação de uma conexão entre as qualidades sensíveis e os poderes ocultos de um objeto. “Se nos fosse apresentado um corpo de cor e consistência semelhantes ao pão que nós comemos previamente, não teríamos escrúpulo em repetir o experimento e com segurança preveríamos sustento e nutrição semelhantes” (HUME, 2012, pp. 55-56).

Não obstante, para o autor, o fato de que certo homem comeu um pão dotado de qualidades sensíveis particulares, possuidor dos seus poderes secretos e que o alimentou, isso não implica necessariamente que um outro pão nas mesmas condições deva sustentar e alimentar novamente o mesmo homem. Dessa forma, conclui o iluminista empirista: “De causas que aparecem como semelhantes, esperamos efeitos semelhantes, essa é a súpula de todas as nossas conclusões experimentais” (HUME, 2012, p. 58).

A afirmação segundo a qual as qualidades sensíveis estarão associadas necessariamente a poderes secretos semelhantes é experimental²⁰, pois “todas as inferências a partir da experiência supõem, como seu fundamento, que o futuro irá assemelhar-se com o passado e que poderes semelhantes estarão ligados a qualidades sensíveis semelhantes”(HUME, 2012, p. 60). Destarte, a repetição dos fenômenos não representa uma verdade necessária, mas contingente, fundada na probabilidade.

Em seus escritos, Hume afirmava que a inferência causal é a decorrência de um princípio uniforme da natureza humana, qual seja: o hábito, conhecido também como “costume”. Conforme supramencionado, o pensador negava as origens racionais da ideia de causalidade, visto que, em última instância, a inferência causal não é um raciocínio logicamente válido²¹, pois o estabelecimento e o conhecimento das relações de causa e efeito dependem da experiência. Destarte, “a percepção da causalidade decorre da força do hábito, que nos permite uma associação entre o posterior e o anterior” (PEQUENO, 2014, p. 41).

Apesar da caracterização do “hábito” como princípio da natureza humana, o escritor empirista negava ser o costume uma causa final²², um princípio primeiro. Eis a tese central do iluminista escocês: diante da repetição, isto é, da conjugação constante entre os fenômenos, os homens, mediante ao hábito, apresentam a propensão de projetar para o futuro determinada regularidade. A incidência e a repetição fomentam e formam uma espécie de “garantia” da sucessão causal dos eventos. Além disso, o hábito,

²⁰ De fato, não parece claro que Hume realmente acredita na existência desses “poderes secretos”.

²¹ Hume constata que a inferência causal não se torna possível por qualquer operação da razão. O pensador em questão critica o fundamento lógico das inferências causais, visto que a indução não representa uma forma de ampliação do conhecimento humano.

²² Acerca da concepção do hábito enquanto um princípio uniforme da natureza humana, afirma João Paulo Gomes Monteiro: “O costume ou hábito, como princípio da natureza humana responsável pela formação das nossas crenças, não pertence a nenhuma espécie de objeto previamente conhecida por observação (...) ele é o nome de um dos mais importantes princípios da natureza humana, princípios esses que Hume concebia como “poderes e qualidades” da mente humana (...) o hábito não é uma causa humeana, e sua descoberta jamais poderia ser confundida com uma inferência causal” (MONTEIRO, 2009, pp. 41-43).

enquanto um princípio, não é formado pela repetição, mas é anterior a ela. A propensão de projeção de uma regularidade para o futuro é efeito do hábito. Nas palavras do próprio autor:

(...) não seria capaz, com nenhum raciocínio, de chegar à ideia de causa e efeito, uma vez que os poderes particulares que realizam todas as operações naturais nunca se revelam aos sentidos; nem é razoável concluir, apenas porque um evento em determinado caso precede outro, que um é a causa e outro o efeito (...) Todas as inferências tiradas da experiência são, portanto, efeitos do costume e não do raciocínio. De fato, o costume é o grande guia da vida do homem. E o único princípio que torna útil nossa experiência e nos faz esperar, no futuro, uma série de eventos semelhantes àqueles que aparecem no passado. (HUME, 2012, pp. 65-67)

A compreensão do hábito enquanto um princípio da natureza humana revela a adesão de Hume ao naturalismo filosófico²³, isto é, ao entendimento segundo o qual o homem representa uma parte constituinte da natureza, sendo que as forças e processos naturais expressam, em última instância, o núcleo da natureza do homem, da faculdade de conhecer e da capacidade de entender. Destarte, os princípios da natureza humana²⁴, como o hábito, os instintos e inclinações, tipificam condições para a percepção, para o entendimento e, por fim, para o conhecimento.

Sob essa perspectiva, a natureza “nos impele a julgar e, sobretudo, coloca em marcha a nossa capacidade de viver a experiência do real para além das construções intelectuais e estruturais do pensamento” (PEQUENO, 2014, p. 56). Portanto, o naturalismo filosófico apresenta um espaço notável na filosofia humeana e dialoga profundamente com o seu ceticismo mitigado, o qual será abordado posteriormente. Por hora, percebe-se que o hábito e o entendimento humeano das inferências causais apresentam uma conexão com uma perspectiva naturalista. Ademais, com base no exposto, Hume constata que o conhecimento científico²⁵ prescinde de uma metafísica, qual seja: a metafísica da necessidade. O

²³ João Paulo Gomes Monteiro afirma que o naturalismo perpassa a filosofia humeana. “Uma das tendências dominantes da filosofia de Hume é seu naturalismo (...) que encara o homem como parte integrante da natureza e encontra nas forças e processos naturais a raiz da natureza humana, da capacidade de entender e da direção dos desejos do homem” (MONTEIRO, 2009, p. 17).

²⁴ De fato, numa primeira análise, é possível constatar que o empirista escocês almeja uma ciência puramente experimental e descritiva. Não obstante, em Hume, a teoria da ciência é explicativa e não meramente descritiva. Diante disso, a ciência é um processo de descoberta das causas e princípios gerais e inobserváveis. Portanto, o pensador iluminista em análise se vale de um conjunto de hipóteses acerca dos mecanismos e qualidades inobserváveis. Destarte, o hábito, enquanto princípio, é uma hipótese na teoria humeana e apresenta uma relevância em decorrência da capacidade explicativa de sua conjectura. Cf. MONTEIRO, João Paulo Gomes. *Hume e a epistemologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, pp. 45-47.

²⁵ Em Hume, a ciência descritiva e experimental se constitui por meio de asserções no plano discursivo, não no plano referencial. Desse modo, o autor em questão não permanece no discurso referencial e acaba por criticar uma concepção de encontrar na impressão um signo de um objeto externo. “A filosofia de Hume é uma crítica aguda da representação. Hume não faz uma crítica das relações, mas uma crítica das

iluminista escocês não almeja um conhecimento exaustivo das causas, mas uma descrição dos fenômenos, descrição que funciona sem um fundamento último, sem um esforço de determinação completa. Eis a potência crítica da filosofia humeana²⁶, ou melhor, da crítica humeana da razão.

Ceticismo mitigado e o naturalismo filosófico

Num primeiro momento, a filosofia de Hume dialoga com o ceticismo²⁷ em razão de seu constante esforço em apontar os limites do conhecimento humano, as contingências da razão e a incapacidade da faculdade racional de fundamentar a moralidade²⁸ e a própria elucidação da realidade. Ademais, o autor empirista se vale de uma postura cética como forma de evitar os exageros e abusos da filosofia abstrusa e da superstição, objetivando, assim, salvaguardar a sua “ciência da natureza humana” de resoluções apressadas. Hume aponta as fragilidades de cosmovisões filosóficas equivocadas e facilmente influenciáveis por paixões desordenadas, pela credulidade supersticiosa, pela letargia da mente e pelas pretensões arrogantes e ambiciosas, as quais geram tentativas fracassadas de alcançar conhecimentos absolutamente seguros e verdades definitivas.

Desse modo, o autor estabelece o ceticismo acadêmico como uma corrente prudente e sensata, visto que apresenta um comprometimento em evitar resoluções apressadas e conclusões precipitadas, mediante, sobretudo, à dúvida e ao processo de suspensão do juízo. Diante disso, o ceticismo representa, também, um recurso metodológico, como instrumento de superar o contratempo de pretensões audaciosas e vaidosas de algumas correntes de pensamento na busca pelo saber.

representações, justamente porque estas não podem apresentar as relações. Fazendo da representação um critério, colocando a ideia na razão, o racionalismo colocou na ideia aquilo que não se deixa dar sem contradição numa ideia, a generalidade da própria ideia e a existência do objeto, o conteúdo das palavras “sempre, universal, necessário ou verdadeiro”; ele transferiu a determinação do espírito aos objetos exteriores, suprimindo, para a filosofia, o sentido e a compreensão da prática e do sujeito. De fato, o espírito não é razão; esta é que é uma afecção do espírito. Nesse sentido, a razão será chamada instinto, hábito, natureza.” (DELEUZE, 2012, pp. 20-21).

²⁶ Cf. PRADO JÚNIOR, Bento. “Hume, Freud, Skinner (em torno de um parágrafo de Deleuze)”. In: *Alguns ensaios. Filosofia, literatura, psicanálise*. São Paulo: Max Limonad, 1985.

²⁷ Em termos gerais, o ceticismo representa uma corrente filosófica partidária da compreensão segundo a qual os indivíduos não podem alcançar verdades absolutas e certezas definitivas. Os céuticos prezam por uma postura de questionamento constante acerca do valor dos postulados religiosos, metafísicos e, até mesmo, científicos. Destarte, a suspensão do juízo é uma prática notável dos autores céuticos. A corrente em questão foi fundada na Antiguidade por Pirro de Élis e Sexto Empírico. Na filosofia moderna ocidental, Michel de Montaigne e Hume são grandes expoentes do ceticismo.

²⁸ Cf. NORTON, David Fate. *David Hume, Common-Sense Moralist, Skeptical Metaphysician*. Princeton: University Press, 1982.

(...) há uma corrente filosófica que parece menos exposta a esse contratempo, pois ela não se liga a nenhuma paixão desordenada da mente e nem se alia a nenhuma paixão desordenada da mente e nem se alia a qualquer tendência ou natural propensão: é a filosofia acadêmica ou cética. Os acadêmicos falam sempre da dúvida e da suspensão do juízo, do risco das resoluções apressadas, em limitar as investigações do entendimento a limites estreitos e em renunciar a todas as especulações que transpõem as fronteiras da vida e da prática cotidiana. (HUME, 2012, p. 64)

Apesar da vinculação de Hume ao ceticismo, a sua afirmação acerca do hábito enquanto um princípio da natureza humana e a sua compreensão segundo a qual os homens necessitam de “verdades provisórias e contingentes” para a estabilidade da vivência cotidiana o afastam do chamado “ceticismo pirrônico” ou “radical”. Diante dos fatos supramencionados, percebe-se que o empirista escocês reconhece a necessidade de uma espécie de “fé originária”, isto é, da adesão dos indivíduos a uma crença, que forneça o mínimo de certeza para os afazeres ordinários. Para melhor explicar a relação entre ceticismo acadêmico e naturalismo filosófico em David Hume, é premente um entendimento da visão do autor acerca da natureza da “crença”.

Numa primeira análise, Hume procura distinguir a crença da ficção. Dessa forma, estabelece o pensador: “Toda crença relativa a fatos ou à existência efetiva de coisas deriva exclusivamente de algum objeto presente à memória ou aos sentidos e de uma conjunção habitual entre esse objeto e algum outro” (HUME, 2012, p. 69) . A distinção primordial entre a crença e as ideias advindas das operações da imaginação reside no fato de que a primeira é mais intensa, mais vívida e enérgica. “A crença é qualquer coisa sentida pelo espírito, que distingue entre as ideias dos juízos das ficções da imaginação” (HUME, 2012, p. 73). Ademais, o sentimento da crença apresenta uma conexão íntima com a habitual conjunção do objeto com algo presente à memória ou aos sentidos. Sempre que uma ideia surge ao pensamento, conexões entre ideias particulares são realizadas. Hume frisa que a crença apresenta suas raízes na presença de um objeto à memória ou aos sentidos e, por conseguinte, da conjugação habitual desse objeto com outro. Em vista disso, a crença pode ser entendida com uma concepção do objeto mais intensa do que uma compreensão advinda exclusivamente da imaginação.

Ao realizar a exposição supramencionada, o escritor iluminista objetivou reafirmar sua tese clássica segundo a qual a inferência de efeitos semelhantes a partir de causas semelhantes não é uma tarefa submetida às deduções da razão humana, mas é advinda, primordialmente, da conjugação habitual de objetos, realizada, sobretudo, pelo costume, “ o princípio que tem realizado essa correspondência tão necessária para a conservação de nossa espécie e para o regulamento de nossa conduta” (HUME, 2012, p. 78).

Destarte, o naturalismo filosófico²⁹ fornece as bases do ceticismo mitigado do autor escocês, visto que a natureza impele o homem a adotar uma crença, capaz de fornecer certezas provisórias e contingentes para a vivência ordinária³⁰. “Seria, pois, inútil desconfiar de todos os fatos, situações ou eventos que constituem a existência humana, pois há um determinismo na natureza que conduz o homem a em algo acreditar” (PEQUENO, 2014, p. 57). Nesse sentido, o hábito³¹, princípio formador das inferências causais, é imprescindível para a própria preservação da espécie humana, pois possibilita a vinculação dos indivíduos à determinadas “certezas”, oriundas da observação, da experiência e da conjugação constante entre os eventos.

Considerações finais

O naturalismo é uma das marcas das ideias de David Hume, pois, numa análise geral, o autor empirista pretende realizar uma espécie de “geografia mental”, isto é, uma postura descritiva das faculdades e operações do entendimento da mente com base numa perspectiva que compreende o indivíduo como uma parte constitutiva da natureza, visto que as forças e processos naturais representam as bases da própria natureza humana. Ademais, com base na geografia mental, fundamentada no método experimental, Hume atesta que os componentes estruturais do pensamento são as impressões e as sensações. Ao realizar tal afirmação, o pensador supracitado reduz o escopo da razão e lhe atribui um papel secundário, retirando da racionalidade, inclusive, seu papel no conhecimento das inferências causais. Destarte, o empirismo do filósofo em questão guarda uma conexão íntima com o ceticismo.

Apesar de se vincular ao ceticismo, Hume ressalta a importância do hábito e da crença na postura dos homens de adoção de “verdades provisórias” para a sobrevivência e para a vivência estável. Os indivíduos, no cotidiano, guiam suas condutas a partir de instintos, do hábito e de crenças. Portanto, a existência humana apresenta como exigência elementar um tipo de crença que possa servir de base para os

²⁹ Ao constatar que existe uma tendência natural do homem que o impulsiona a buscar um solo estável sobre o qual deve repousar um grau mínimo de certezas para a vivência cotidiana, Hume vincula o ceticismo mitigado ao naturalismo. “O ceticismo de Hume está relacionado ao naturalismo e, sobretudo, ao empirismo que marcam a sua filosofia” (PEQUENO, 2014, p. 52).

³⁰ Acerca da tendência natural de uma busca constante por certezas necessárias para a vivência cotidiana, cabe destacar um trecho do próprio autor: “Do mesmo modo que a natureza nos ensinou a usar nossos membros sem esclarecer-nos acerca dos músculos e nervos que os movem, ela também implantou em nós um instinto que impulsiona o pensamento num processo correspondente ao estabelecido entre os objetos externos, embora mantendo-nos ignorantes desses poderes e forças dos quais dependem totalmente o curso regular e a sequência de objetos” (HUME, 2012, p. 79).

³¹ O hábito pode ser qualificado como uma propensão, enquanto uma qualidade ou mecanismo inobservável. “O hábito é, portanto, um instinto natural, uma dádiva pela qual a própria natureza governa nossa capacidade de a conhecermos” (MONTEIRO, 2009, p. 102).

seres humanos em seus afazeres e atividades ordinárias. Enfim, o homem possui naturalmente uma tendência incessante de buscar um fundamento sólido de crenças, sobretudo, com o intuito de orientar suas ações a partir de elementos seguros.

Por fim, as teses de Hume não se adequam integralmente aos preceitos de uma “cosmovisão cética”, pois o autor escocês considera o ceticismo mais como um recurso metodológico, ou seja, como um instrumento cuja função consiste em auxiliar o entendimento na busca genuína pelo conhecimento, sem a influência direta de superstições e devaneios metafísicos abstrusos. Com isso, o pensador empirista coloca em questionamento o próprio ceticismo radical como um guia saudável e eficaz da vida. Com base nos argumentos acima mencionados, David Hume, tendo como ponto de partida os elementos do naturalismo filosófico e do empirismo, realiza uma crítica ao ceticismo pirrônico.

Referências bibliográficas

- AYER, Alfred Jules. *The Foundations of Empirical Knowledge*. Reprint. N. York : Hassell Street Press, 2021.
- DELEUZE, Gilles. *Empirismo e subjetividade: Ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. Tradução de Luiz Orlandi. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- HIMMELFARB, Gertrude. *Os caminhos para a modernidade: os iluminismos britânico, francês e americano*. Tradução de Gabriel Ferreira da Silva. São Paulo: Editora É realizações, 2011.
- HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*. 2. ed. Tradução por André Campos Mesquita. São Paulo: Editora Escala, 2012.
- HUME, David. *Resumo do tratado da natureza humana*. Tradução de Raquel Gutiérrez e José Sotero Caio. Porto Alegre: Paraula, 1995.
- HUME, David. *Tratado da natureza humana*. 2. ed. rev. e ampliada. Tradução de Déborah Danowski. São Paulo: Unesp, 2009.
- LEBRUN, Gérard. “David Hume no álbum de família de Husserl”. In: *A filosofia e sua história*. São Paulo: CosacNaify, 2006.
- MONTEIRO, João Paulo Gomes. *Hume e a epistemologia*. São Paulo: Unesp, 2009.
- MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. “A crítica humeana da razão”. In: *Racionalidade e crise. Estudos de história da filosofia moderna e contemporânea*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.
- MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. “David Hume para além da epistemologia”. In: *Racionalidade e crise. Estudos de história da filosofia moderna e contemporânea*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.
- NORTON, David Fate. *David Hume, Common-Sense Moralist, Skeptical Metaphysician*. Princeton : University Press, 1982.
- PASSMORE, John Arthur. *Hume’s Intentions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1952.
- PEQUENO, Marconi. *10 lições sobre David Hume*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- PRADO JÚNIOR, Bento. “Hume, Freud, Skinner (em torno de um parágrafo de Deleuze)”. In: *Alguns ensaios. Filosofia, literatura, psicanálise*. São Paulo: Max Limonad, 1985.
- QUINTON, Anthony. *Hume*. Tradução por José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- RUSSELL, Bertrand. *História da Filosofia ocidental*. Livro III. Tradução por Bueno Silveira. São Paulo: Nacional, 1969.



SMITH, Norman Kemp; GARRET, Don. *The Philosophy of David Hume*. Londres: MacMillan, 2005.